

Planalto troca apoio político por cargos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Certas coisas não se escrevem. Muitas vezes nem precisam ser ditas. Ficam no ar, à vista de todos. São aspiradas e expiradas. Uma delas esteve presente durante todo o tempo, ontem, em que se reuniram os governadores com o presidente da República e alguns de seus ministros, para analisar um novo plano econômico. Trata-se da reforma do Ministério. É o troco que os chefes de Executivo estaduais querem do Palácio do Planalto. Estão prontos a participar de um esforço coletivo para a recuperação das finanças nacionais e até aceitariam diminuir um pouco o lanche da própria goela, dívida de recursos do Tesouro Nacional. Querem uma barganha, no caso, a troca de apoio econômico por apoio político. Representação maior no governo federal com vistas a solidificar lideranças, a curto e médio prazo.

Os governadores estão empenhados numa corrida. Não todos, é evidente, mas, em especial, aqueles que representam estados e interesses maiores. Os que têm planos para o futuro, até presidenciais, mas não apenas esses. Diante deles ergue-se o primeiro desafio político, as eleições municipais marcadas para novembro. Não será difícil à maioria deles eleger número significativo de prefeitos e vereadores, no Interior, mas, se perderem as capitais, terão perdido a guerra. Por isso, se não exigem, nem seria necessário, esperam. Aguardam que Sarney promova o mais breve possível ampla reformulação em sua equipe de auxiliares de primeiro nível. Pretendem ser ouvidos e indicar representantes.

Não se fala, é evidente, de uns poucos governadores afastados ou até rompidos com o presidente da República. Dos que não compareceram a Brasília, ontem. Entre esses, Fernando Collor de Mello, por exemplo, que nem convidado foi. Além, a respeito, registre-se uma exacerbadíssima idiosincrasia que nem sequer nos tempos de João Goulart foi vista. Porque, quando chefe do governo, e em meio a redobrado cerco sobre o extinto Estado da Guanabara, ao reunir os governadores o ex-presidente deixou de convidar Carlos Lacerda. E ele veio, postando-se do outro lado da mesa de reuniões e comportando-se adequadamente. A Collor de Mello não se deu essa oportunidade. Não está a pão e água, mas, pior, ao sol e ao sereno.

Entre os afastados, ainda que não rompidos, citam-se Waldir Pires, da Bahia, e Miguel Arraes, de Pernambuco. Sarney não lhes dará representação sequer no terceiro escalão administrativo, quanto mais no Ministério.

Os demais estão no páreo, entre os de expressão política. Orestes Quércia e Newton Cardoso, por exemplo, já particularizam ministérios e nomes. Alvaro Dias, até Wellington Moreira Franco, assim como Henrique Santillo, estrela em ascensão. Tasso Jereissati, Tarcsio Buriti, Pedro Ivo e outros. Singular é a situação de Pedro Simon, na dependência do comportamento de Ulysses Guimarães.

Assim, a reforma do Ministério, se já vinha sendo preparada por

outros motivos, também por conta dos governadores torna-se mera questão de tempo. Prevê-se que aconteça em junho, no máximo julho, o que daria tempo de sobra para os governadores azeitarem suas máquinas eleitorais e começarem a preparar as eleições de novembro, selecionando seus preferidos para as prefeituras de capital.

A premissa da reforma é ampla, ainda que não geral e irrestrita. Ficam os ministros militares, os ministros palacianos, os ministros da Fazenda e do Planejamento e mais um ou outro daqueles mais de perto ligados a Sarney, como Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana, João Alves e Jader Barbalho. O restante está em aberto. Quem permanecer, permanecerá em função de novos acordos e montagens. Quem vier, virá muito mais por conta dos governadores do que dos partidos, ainda que recrutado neles.

A senha para a alteração pode resumir-se em duas palavras: "disposições transitórias". Assim que votado o último capítulo da nova Constituição, e se confirmados os cinco anos de mandato para o atual presidente, abrir-se-á a temporada mudancista. Tantas vezes falado e jamais acontecido, é possível que surja agora um pedido de renúncia coletiva de todos os ministros, para deixar Sarney mais à vontade. É claro que os cargos de ministro sempre pertencem ao presidente e que ele permanece livre para trocar quem quiser, quando quiser. Mas o gesto da renúncia coletiva teria conotação mais profunda. Vem sendo sugerido pelos governadores. Para eles, estreita-se o funil. Os que conseguirem eleger os prefeitos de capital credenciam-se para influir na sucessão presidencial. Sabem não ser fácil, tendo em vista o nítido sentimento oposicionista e de rejeição ao governo federal, verificado nos grandes centros. O PT e o PDT estão aí mesmo, certos de que crescerão. Quércia, derrotado em São Paulo, por exemplo, perderá consideráveis espaços para decolar como candidato à sucessão de Sarney. Newton Cardoso, sem a prefeitura de Belo Horizonte, influenciará muito menos. E assim por diante, com ênfase para Alvaro Dias e Moreira Franco.

Os governadores constituem peça-chave para o presidente da República ver consolidado o seu mandato de cinco anos. O presidente da República, contemplando os governadores com indicações ministeriais, será essencial para que possam afirmar-se em novembro, elegendo os prefeitos de capital. Sem tirar nem pôr, é essa a operação de troca realizada nos bastidores do palco em que se examina a reforma econômica. Daí o fato de Sarney ter esperado apoio claro ao seu governo, na reunião de ontem. Conseguiu, por parte dos que compareceram, nada tinha a receber dos que não compareceram. A nova montagem supera de muito as intenções enunciadas e as medidas esboçadas no plano de contenção de gastos públicos, controle da inflação etc. Os resultados econômicos, se vierem, vão demorar. As conseqüências políticas já se encontram definidas e em marcha. O resto é perfumaria.

C. C.